

# Arqueologia Urbana e História Local

Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho

*Joaquina Soares (Coord.)*

AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

FIDS - Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

# FÓRUM INTERMUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

## FIDS

---

### ALCÁÇER DO SAL

Museu Municipal de Alcácer do Sal  
Câmara Municipal de Alcácer  
do Sal

---

---

### SANTIAGO DO CACÉM

Museu Municipal de Santiago  
do Cacém / Câmara Municipal de  
Santiago do Cacém

---

---

### ALCOCHETE

Museu Municipal de Alcochete  
Câmara Municipal de Alcochete

---

---

### AMRS/MAEDS

Associação de Municípios da Região  
de Setúbal / Museu de Arqueologia e  
Etnografia do Distrito de Setúbal

---

---

### SEIXAL

Município do Seixal  
Ecomuseu Municipal

---

---

### ALMADA

Museu Municipal de Almada  
Câmara Municipal de Almada

---

---

### MOITA

Departamento de Acção  
Sociocultural  
Câmara Municipal da Moita

---

---

### SESIMBRA

Museu Municipal de Sesimbra  
Câmara Municipal de Sesimbra

---

---

### BARREIRO

Serviços Culturais  
Câmara Municipal do Barreiro

---

---

### MONTIJO

Museu Municipal do Montijo  
Câmara Municipal do Montijo

---

---

### SETÚBAL

Museu Municipal de Setúbal  
Câmara Municipal de Setúbal

---

---

### GRÂNDOLA

Serviços Culturais  
Câmara Municipal de Grândola

---

---

### PALMELA

Museu Municipal de Palmela  
Câmara Municipal de Palmela

---

---

### SINES

Museu Municipal de Sines  
Câmara Municipal de Sines

---

# NOTA DE ABERTURA

Com a presente publicação, comemorativa do II centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), abre-se mais uma larga janela sobre a Arqueologia e História da nossa Região.

Almeida Carvalho deixou um extenso legado de Apontamentos sobre a História de Setúbal, hoje no Arquivo Distrital de Setúbal, cujos documentos originais viriam a perder-se no incêndio dos Paços de Concelho, de 1910. A sua preocupação com o registo da memória colectiva da cidade onde nasceu levá-lo-ia também a atravessar o Sado e a procurar sob as dunas de Tróia um Passado mais longínquo, a cidade de filiação romana.

Ser-me-ia impossível nesta breve nota dar uma ideia, mesmo que resumida, da vida e obra do homenageado, que Setúbal e a Região puderam revisitar através de variada e extensa programação cultural planeada e concretizada desde 11 de Março de 2017 a 9 de Março de 2018 e na qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou um papel relevante através do seu museu.

Congratulamo-nos, pois, pela activa participação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em parceria com um variado conjunto de organismos públicos como a Câmara Municipal de Setúbal, a União de Freguesias de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Sebastião, Arquivo Distrital de Setúbal, e associações culturais como a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e a Universidade Sénior de Setúbal.

Actualizar a informação, produzir conhecimento e divulgá-lo é sem dúvida a forma mais nobre de cuidarmos do nosso património, mas também uma via indispensável para a construção do desenvolvimento integrado da nossa Região.

**Rui Garcia**

(Presidente do Conselho Directivo da Associação  
de Municípios da Região de Setúbal)

# FICHA TÉCNICA

## Edição

Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)  
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)  
Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)

## Direcção

Rui Garcia (Presidente do Conselho Directivo da AMRS)

## Coordenação Editorial

Joaquina Soares

## Conselho Científico

António Nabais  
Carlos Marques da Silva  
Carlos Tavares da Silva  
João Luís Cardoso  
Mário Varela Gomes  
Victor S. Gonçalves  
Vitor Serrão

## Conselho Redatorial

Antónia Coelho-Soares  
Elsa Afonso  
Fátima Afonso  
Fernanda Pinho  
Fernanda do Vale  
João Ventura  
Luís Pequito  
Lurdes Lopes  
Maria Ana Judas  
Marisol Ferreira  
Michelle Santos  
Miguel Correia  
Sandra Coelho  
Susana Duarte  
Vitor Mestre

## Secretariado e correspondência

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
Avenida Luisa Todi, 162 2900-451 Setúbal (Portugal)  
Tel.: +351 265 239 265 / +351 939 553 004  
E-mail: [maeds@amrs.pt](mailto:maeds@amrs.pt)  
Site: [www.maeds.amrs.pt](http://www.maeds.amrs.pt)  
Blog: [www.maedseventosactividades.blogspot.com](http://www.maedseventosactividades.blogspot.com)  
Copyright - Direitos reservados pelos autores e MAEDS.  
Interdita a reprodução de imagens.

## Capa

“Natureza Morta” (garrafaria do séc. XVIII). Foto de Rosa Nunes.

## Execução gráfica

Ana Castela  
Paula Covas

## Impressão e acabamento

Tipografia Belgráfica

## Depósito Legal

450333/18

## ISSN

1645-0553

## Tiragem

300 exemplares  
Disponível online em: <http://maeds.amrs.pt/musa.html>

Setúbal, 2018

# EDITORIAL

## ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. AINDA O LEITO COMUM?

O presente volume de *Musa: Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* afasta-se formalmente, mas não na temática, do modelo até agora seguido. Nele se publicam as Actas do Encontro sobre *Arqueologia Urbana e História Local* de Homenagem ao Historiador e Arqueólogo João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897).

As actas celebram a memória de uma personalidade relevante, e renovam a aliança entre Arqueologia e História, assumindo, porém, o corte epistemológico com a tradicional subalternidade da primeira disciplina em relação à segunda. Ambos os domínios convivem agora em fraterna paridade.

Como é do conhecimento geral, a Arqueologia científica radicou as suas origens na Geologia, em Portugal no seio da Comissão Geológica, fundada em 1857 e muito particularmente nos trabalhos de Carlos Ribeiro, a quem se devem, na nossa região, a primeira carta geológica e as primeiras escavações na necrópole pré-histórica de hipogeus da Quinta do Anjo.

Carlos Ribeiro assumiu claramente estatura internacional ao liderar a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas em 1880.

Porém, sobretudo entre 1930 e o final da década de 1960, a Arqueologia viria a subordinar-se à História. Após a revolução democrática de 25 de Abril/74 e a institucionalização da Arqueologia como domínio autónomo, com licenciatura própria, este campo disciplinar criou alianças estratégicas com as chamadas arqueociências (ciências da natureza, física, química, genética)<sup>1</sup>.

Superada a etapa de estagnação historicista, a Arqueologia soube, sem complexos de menoridade, ombrear “fraternalmente” com a História no estudo das sociedades humanas e suas temporalidades. Ultrapassou mesmo a sua

dedicação aos períodos de sua “exclusiva” responsabilidade ou quase (Pré-história, Proto-história e Antiguidade Clássica), para se debruçar sobre as sociedades medievais, modernas e contemporâneas. E perante algum questionamento sobre o interesse da Arqueologia da contemporaneidade, há autores que defendem uma Arqueologia contemporânea de compromisso ético: *Archaeology has a new ethical commitment: to recover evidence of the existence of the victims not just for therapeutic and juridical reasons, but for historical reasons as well. We cannot return them to life, but we can reintegrate them to the time of history from which they were expelled*” (González-Ruibal, 2016, p. 19)<sup>2</sup>

Recorrendo ao conceito-chave, específico da Arqueologia, de *tempo dos materiais* e à ideia de *heterocronologia*<sup>3</sup>, indispensável à compreensão da sobremodernidade que habitamos, vão perdendo sentido as fronteiras impostas pelas rígidas comportas que pretendem separar a Arqueologia pré-histórica da histórica ou da contemporânea; o acento tónico coloca-se no pensamento e acção arqueologicamente informados, porque na realidade trabalhamos dentro de um tempo múltiplo, desafiando ou desconstruindo realidades sociais que nos antecederam, complexas e também elas multitemporais.

Semelhante reflexão tem ocorrido na História<sup>4</sup>; o alargamento das suas fontes e temáticas, através de caminhos tradicionalmente pouco pisados, como a imprensa periódica ou os relatos orais de experiências vividas, ficam bem expressos neste volume.

Finalmente, na sua diversidade, a presente publicação homenageia justamente um dos mais ecléticos criadores intelectuais setubalenses de oitocentos, João Carlos d'Almeida Carvalho, cujas obra e actividade cívica continuam, volvidos quase duzentos anos, a inspirar as concepções humanistas dos nossos dias.

**Joaquina Soares**

(Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal)

---

1 - Ver a propósito: Martín-Torres, M.; Killick, D. (2015) - Archaeological Theories and Archaeological Sciences. In A. Gardner; M. Lake; U. Sommer (eds.), *The Oxford Handbook of Archaeological Theory*.

2 - González-Ruibal, A. (2016) - Archaeology and the Time of Modernity. *Historical Archaeology* 50(3), p. 144-164.

3 - Leduc, J. (1999) - *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil.

4 - Le Goff, J. (2014) - *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?* Paris: Seuil.

# ÍNDICE

<b>Nota de Abertura</b>	<b>03</b>
Rui Garcia	
<b>Editorial</b>	<b>05</b>
Joaquina Soares	
<b>No II Centenário do Nascimento de João Carlos D’Almeida Carvalho (1817-1897)</b>	<b>08</b>
Horácio Pena	
<b>Arqueologia Urbana e História Local</b>	<b>16</b>
<b>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34</b>	<b>17</b>
Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte	
<b>Cerâmicas de paredes finas de <i>Salacia Urbs Imperatoria</i>. Recolhas de prospeção arqueológica</b>	<b>39</b>
Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila, Marisol Ferreira	
<b>Fortificação Medieval de Setúbal. Identificação do núcleo defensivo da Ribeira ou “Castelo”</b>	<b>51</b>
Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte, Carlos Mouro	
<b>Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi, 170-178, Setúbal</b>	<b>79</b>
Joaquina Soares, Susana Duarte, Carlos Tavares da Silva	
<b>Silos de Francos e Portugueses em Vila Verde dos Francos – Alenquer</b>	<b>101</b>
Guilherme Cardoso, Luísa Batalha	

<b>O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela)</b>	<b>115</b>	<b>Atentado a Almeida Carvalho. (31 de agosto de 1855)</b>	<b>199</b>
João Nunes, Eduardo Porfírio, Michelle Teixeira Santos		Albérico Afonso, Carlos Mouro	
<b>O “Tombo da Câmara de Palmela” (séculos XIV-XIX). Da arqueologia dos documentos à arqueologia a partir dos documentos - um contributo de João Carlos de Almeida Carvalho</b>	<b>129</b>	<b>Fran Paxeco em Sesimbra</b>	<b>213</b>
João Costa		João Augusto Aldeia	
<b>Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna</b>	<b>141</b>	<b>A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias</b>	<b>219</b>
Maria João Pereira Coutinho		Diogo Ferreira	
<b>A Roda dos Enjeitados</b>	<b>151</b>	<b>Notas sobre a indústria de curtumes setubalense</b>	<b>233</b>
Rogério Palma Rodrigues		Carlos Mouro	
<b>Referências literárias em acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, de João Carlos de Almeida Carvalho</b>	<b>163</b>	<b>Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais</b>	<b>245</b>
Fátima Ribeiro de Medeiros		Pedro Fernandes	
<b>Estado liberal e poder municipal: Almeida Carvalho e a reforma político-administrativa de 1855</b>	<b>179</b>	<b>A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local. Uma Proposta para a sua Preservação</b>	<b>253</b>
Ernesto Castro Leal		Pedro Fernandes	
<b>O feriado municipal e a memória colectiva setubalense</b>	<b>187</b>	<b>Centenários Bocagianos, momentos de homenagem a um poeta singular (sécs. XIX-XX)</b>	<b>261</b>
Carlos Mouro, Horácio Pena		António Chitas	
		<b>“Hoje ninguém trabalha!” – Resistência operária no concelho do Seixal em 1943</b>	<b>271</b>
		Fátima Afonso, Fernanda Ferreira	

# Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna

From religious ceremonies to the royal apparatus: Almeida Carvalho's contribution to the study of celebrations in Setubal in the Early Modern Period

Maria João Pereira Coutinho\*

## RESUMO

No presente estudo, sobre festas civis e religiosas ocorridas em Setúbal na Idade Moderna, os manuscritos de João Almeida Carvalho (1817-1897), à guarda do Arquivo Distrital de Setúbal, bem como a versão impressa de alguns deles, intitulada *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*, assumem um papel único no contexto da sua historiografia. Por esse motivo, as reflexões que ora expomos, partem das anteriores fontes e cruzam-se com outras, não referidas por esse autor, consolidando uma nova perspectiva da Setúbal da Época Moderna. Esta nova visão mostra um espaço mais festivo e ornamentado, onde manifestações de apreço ocorridas em torno da Igreja e da Coroa deram origem ao estreitamento de relações de sociabilidade e à criação de espetáculos efémeros, onde a cor, a luz e a música se impuseram.

**Palavras-chave:** Setúbal; Idade Moderna; cerimoniais religiosos; aparatos régios e civis; arte Efémera

## ABSTRACT

In the present study on civil and religious festivals in Setúbal in the Early Modern Period, the manuscripts of João Almeida Carvalho (1817-1897) held by the Setúbal District Archives, as well as the printed version of some of these in the edition entitled *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*, play a unique part in their historiography. Hence, the reflections presented herein depart from previous sources and are crossed with others, not referred to by this author, allowing us to build a new perspective of Setúbal in the Early Modern Period. This new picture shows a more festive and ornate space in which manifestations of esteem for the Church and the Crown gave rise to the development of stronger socialisation and the creation of ephemeral spectacles filled with colour, light and music.

**Keywords:** Setúbal; Modern Age; religious ceremonials; royal and civil Apparatus; ephemeral art

---

\* Membro integrado do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolve um projecto de pós-douramento intitulado "Pórtico: estruturas de pedraria em fachadas de igrejas do distrito de Lisboa do domínio filipino ao Terramoto" (SFRH/BPD/85091/2012), apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

## NOTA PRÉVIA

O tema das festividades religiosas, civis e régias em Setúbal na Idade Moderna foi alvo da atenção de João Almeida Carvalho (1817-1897). Os vários registos que esse autor coligiu, como se pode constatar por alguns dos documentos de seu punho que se conservam à guarda do Arquivo Distrital de Setúbal, bem como os vários aspectos acerca deste tema que foram dados à estampa na sua obra *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense* (Carvalho, 1968-1972), permitem-nos hoje ter uma percepção mais exacta da vivência da religiosidade setubalense<sup>1</sup>. Entre procissões e outros cerimoniais promovidos por devotos, por membros de irmandades, pelo clero secular, mas também por membros das várias ordens religiosas que povoaram o tecido urbano, contam-se festas como as promovidas pelas clarissas do convento de Jesus ou aquela consagrada a Nossa Senhora da Saúde, onde saíram várias charolas ricamente decoradas. Práticas de fé e devoção, que impregnaram de cor e alegria as vias da então vila, mobilizaram a comunidade e metamorfosearam o edificado. Outras festividades, como entradas régias, comemorações de nascimentos de membros da casa real, como ocorreu com uma neta do “Magnânimo” ou o nascimento do “Príncipe Desejado”, filho de D. Maria I, e exéquias fúnebres, como as de D. Teodósio de Bragança, foram igualmente compiladas, e analisadas, por esse investigador. Expressão de imposições régias ou simples manifestações de afecto, como sucedeu com a visita de Filipe II em 1619, proporcionaram aos habitantes de Setúbal o contacto com aparatos solenes, quer nos interiores sacros, quer nas principais portas da cerca da vila. A reunião desses registos, da autoria de Almeida Carvalho, mas também de outros autores (muitas vezes anotados por esse investigador), de uma Setúbal com um património imaterial fértil e não menos significativo do que o de outras vilas e cidades portuguesas, conduz-nos na demanda de compilar e fazer uma síntese crítica, bem como devolver ao olhar várias manifestações efémeras e de sociabilização ocorridas entre os séculos XVI e XVIII.

## AS FESTAS RELIGIOSAS

Expressões de fé, mas também do poder das ordens religiosas e da Igreja, a festa católica da Idade Moderna assumiu aspectos muito diversos, em função do conhecimento e gosto de quem a organizava, evidenciando, por vezes, o poder económico da comunidade. Setúbal, no que à celebração religiosa diz respeito, e segundo se pode compreender de uma aturada recolha de Almeida Carvalho, inscreveu-se no espírito festivo da época, que esse investigador setubalense também teve oportunidade de arrolar para as cidades de Coimbra (ADS, FAC, *Festas religiosas nos séculos XVI e XIX*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/1159) e do Porto (ADS, FAC, *Preces e rogações; Corpo de Deus: danças e abusos*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/1211). Em Setúbal, onde o tecido religioso também permitiu um vasto leque de celebrações (umas mais previsíveis dentro do calendário litúrgico, como aquelas ocorridas na Quaresma, e outras, únicas, enquanto expressão de devoções muito próprias da então vila), registaram-se as seguintes celebrações: aquelas empreendidas pela confraria de Nossa Senhora do Rosário do mosteiro de São João; todas as que há memória de terem sido levadas a cabo pelas clarissas do convento de Jesus; as promovidas pela confraria de Nossa Senhora da Saúde do templo homónimo; aquelas onde os padres inacianos do colégio de São Francisco Xavier colaboraram e outras amiudamente referidas por cronistas e viajantes.

Um conjunto de festas de índole religiosa que sabemos terem tido lugar foram aquelas concretizadas pela confraria de Nossa Senhora do Rosário, de homens pretos, erigida no mosteiro dominicano de São João em 1584. Segundo as palavras de Almeida Carvalho, essa confraria teve como principais funções: armar uma tumba no centro da igreja do cenóbio no domingo a seguir ao dia de Todos-os-Santos, sendo-lhe também adjudicados os cantos nessa ocasião, bem como a tarefa de fazer uma procissão no primeiro domingo de Julho (Carvalho, 1968-72, Vol. IV, p. 64).

As festas promovidas a partir de 14 de Setembro de 1613, dia da Exaltação da Santa Cruz, aquando de um voto de Madre Soror Eufrásia de Santa Catarina, abadesa do convento de Jesus, para celebrar São Miguel a

partir de 29 de Setembro desse ano são também exemplo daquelas relatadas por Almeida Carvalho e dadas à estampa na obra *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*. Completando essa informação, o autor transcreveu que uma das clarissas do mesmo cenóbio referira que as celebrações deviam ter procissão e que essas procissões quanto mais solenemente se celebrassem, melhor serviriam o propósito de cumprir o voto da suprarreferida abadessa (Carvalho, 1968-72, Vol. III, p. 155). Recorrendo à narrativa de Soror Leonor de São João, Almeida Carvalho esclareceu ainda que as clarissas também faziam cerca de nove procissões consagradas a Santa Ana, mãe de Nossa Senhora, uma procissão em Domingo de Ramos, outra na Ressurreição de Cristo, Corpo de Deus, no dia da Visitação da Senhora e no dia do Anjo Custódio (BNP, *Secção de Reservados*, Cod. 7686, fls. 76-86; ref. por ADS, FAC, *Convento de Jesus: procissões, festas*, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0011 e Carvalho, 1968-72, Vol. III, p. 155). Às anteriores acresciam-se ainda as dedicadas a São Francisco, a Santa Clara, a São João Baptista, a São João Evangelista, ao Patriarca São José, a Santo António de Pádua, às Onze Mil Virgens, entre outros santos. No período da Quaresma, organizavam a procissão dos Passos de Cristo, que, nas palavras do mesmo investigador, duravam cerca de três horas, terminando no coro do convento, “onde se achava o calvário ante um grande e mui devoto retábulo do Crucifixo com as imagens de Nossa Senhora e São João” (BNP, *Secção de Reservados*, Cod. 7686, fls. 76-86; ref. por ADS, FAC, *Convento de Jesus: procissões, festas*, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0011 e Carvalho, 1968-72, Vol. III, p. 155).

Na mesma pléiade de manifestações de fé e devoção, inscreveram-se as procissões da confraria de Nossa Senhora da Saúde, que, apesar de se sediarem num templo estudado por Almeida Carvalho, não foram reportadas por esse autor (ADS, FAC, *Recolhimento de Nossa Senhora da Saúde*, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0029). Com efeito, embora o investigador tenha recorrido abundantemente ao testemunho de Gregório de Freitas para construir a história desse espaço cultural, o historiador não fixou os relatos de uma procissão de 1618, com cerca de nove charolas,

luxuosamente decoradas (BNP, *Secção de Reservados*, Cod. 208, fl. 234-234 v.º; ref. por Coutinho, 2016, p. 115-137). A primeira delas, segundo o plano que se traçou do cortejo deveria levar “huma aruore” que avultasse e “no alto della huma jmagem pequena de Nossa Senhora”. Toda a charola devia ser ornada de ramalhetes de flores formando um jardim e diante dela deveria ir um anjo com sua espada de fogo na mão direita e um escudo na mão esquerda. A segunda charola também levava a imagem de Nossa Senhora precedida por um anjo com salva de prata nas mãos e um globo fendido, de onde saía a imagem do Menino. A terceira estrutura levava, por sua vez, um anjo com cadeias de ferro na mão esquerda, que prendiam figurações do diabo pelo pescoço e a quarta apresentava-se como uma fonte pontuada com a mesma imagem da Senhora e a representação do anjo, desta vez com um púcaro de água ornado numa salva. A quinta charola compunha-se com um anjo com um sol grande na mão direita e a sexta constava uma vez mais da imagem da Senhora com ceptro e coroa, levando o anjo um estandarte com as armas de Portugal. Na sétima estrutura o anjo levava um capacete sobre uma salva, na oitava, para além da Senhora suportar a representação de um forte com quatro baluartes, o anjo levava o estandarte da cidade e na última a cenografia da Senhora e do anjo tinham como elemento principal um livro dourado.

No decurso da centúria de Seiscentos, outras festividades que animaram Setúbal foram aquelas onde os padres da Companhia de Jesus tiveram oportunidade de colaborar, como aliás era prática esse instituto fazer em outras partes do reino (Coutinho & Ferreira, 2008, p. 1-17; 2009, p. 269-291 e 2014, p. 855-871). Segundo se retira da “Carta da Missão de Setuval; Pera o *Padre Francisco Cabral*, da *Companhia de Iesus*, Reitor do Collegio e Vniversidade do Spirito Santo em Euora”, datada de 20 de Abril de 1650, onde ficamos a saber que os inicianos de Setúbal prepararam extraordinariamente as celebrações no período da Quaresma com os jesuítas eborenses<sup>2</sup>, compreende-se que: “No Primeiro Domingo da Coresma, não ouve á tarde pregação: Por se fazer nese dia, a deuota Procissão dos irmãos Terceiros da Penitencia de S. *Francisco*; A qual

se faz naquella villa, com muitos Disciplinantes; e varios andores de Santos; com muitas figuras vivas de varias virtudes, e dos Santos e Santas, que tem aquella Terceira ordem (...)"(BNP, *Secção de Reservados*, Ms. 30, n.º 214, fl. 1 v.º). O autor da missiva afirma ainda: "Na segunda sexta feira da Coresma, prêguei pola menhã. Â tarde, fizerão os irmãos da misericordia, como costumão, a deuota Procissão dos Passos da paixão de Christo: Prêgou ao sahir, o Pe. Jorge Rabello, com grande moção do Auditorio, que era mui numeroso; e ficou de todos muito aceito. Eu prêguei em Santa Maria, ao acabar o Passo do Calvario; com hum auditorio de gente extraordinaria: E nelle ouve muitas lagrimas, e deuoção; E no cabo se mostrou com tochas, a imagem de Christo, Senhor Nosso Crucificado na Cruz (...)" (BNP, *Secção de Reservados*, Ms. 30, n.º 214, fl. 1 v.º) e "na sexta feira Santa á noite. Em que sahio da misericordia, huma deuotissima Procissão, com caixas destemperadas, e enlutadas de preto, com muitos penitentes: leuando seis clerigos com casulas roxas tomadas diante com alamares, e botões, a tumba do Senhor morto, cuberto com hum volante de prata, e ouro: E diante, a cruz, com huma toalha nos braços della, estendida; que hum clerigo revestido, com casula tomada, leuou, e foi descalço por sua deuoção. No meio da procissão, forão muitos mininos vestidos de penitentes, com os martyrios da paixão. De tras, hia hum Andor cuberto de preto, a imagem de Nossa Senhora, com hum lenço nas mãos; que mouia a grande piedade, e Lagrimas; repetidas, com as uozes dolorosas dos musicos, que hião cantando os Heus e Motetes sentidos da paixão. No cabo do sermão da soledad, mostrei o Sto Sudario, com grande abalo e moção do auditorio, que foi inumeravel." (BNP, *Secção de Reservados*, Ms. 30, n.º 214, fl. 1 v.º).

No mesmo espírito dessa quadra, costumavam os carmelitas do convento do Carmo organizar a grande procissão do Triunfo da Paixão, que se fazia no Domingo de Ramos. Esta saia desse cenóbio e prosseguia pela rua da Porta Nova, ao Sapal, junto ao adro de São Julião. Nesse trajecto incluía-se a rua dos Mercadores, o largo da Misericórdia, a rua de São Sebastião e a rua das Canas Verdes. Ao chegarem ao pé do adro da igreja de Santa Maria, tornejavam até à rua Antão Girão, regressando pela judiaria à rua nova

das Esteiras. uma vez chegados ao Corpo da Guarda, passavam pelo postigo de Santa Catarina até chegarem à ponte de Jesus, de onde partiam na direcção da rua direita da Anunciada. Na praça da Fonte Nova davam a volta junto à igreja dos padres da Trindade, voltando pelo terreiro da Anunciada até novamente chegarem à igreja do Monte do Carmo (ADS, FAC, *Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Carmelitas Calçados*, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0069).

Já em 1687, Domenico de Laffi dá-nos conta que ao chegar a Setúbal, que erradamente descreve como cidade, assistiu a um cortejo que tinha por missão levar o Santíssimo Sacramento a um enfermo: "Chegámos a esta cidade a 14 de Setembro [de 1687], e no dia seguinte vimos levar o Santíssimo a um enfermo com muita solenidade e cortejo de gente e uma grande quantidade de tochas, talvez superiores em número às que contam durante as nossas procissões solenes. Pelas ruas, onde ia passar o Santíssimo Sacramento, todas limpas e enfeitadas, tinham posto tapeçarias nas janelas e nas montras das lojas, coisa muito bonita de ver e que transmitia grande devoção. Saíram pela porta principal e, no regresso, entraram pela mesma, embora houvesse outras portas mais cómodas, passando-lhes à frente." (Cusatis, 1998, p. 55 e 56).

Por fim, no que à devoção concerne, e embora já afastado cronologicamente das balizas por nós fixadas, importa destacar a procissão e preces públicas à imagem do Senhor Jesus do Bonfim, levadas a cabo em 1792, na sequência de uma enfermidade da rainha D. Maria I (1734-1816). "Na manhã de uma sexta feira, 17 de fevereiro sahio a imagem do Senhor; e foi conduzida em procissão á igreja parochial de Sancta Maria da Graça, acompanhada de todas as auctoridades, corporações e pessoas que ficam mencionadas: o Vereador mais novo empunhando o estandarte da Camara puchava pelo corpo civico da nobreza e governança, seguindo-se após os diferentes gremios da Casa dos Vinte e Quatro e um immenso concurso do povo". "A imagem do Senhor voltou no ultimo dia dos festejos com a mesma solennidade e acompanhamento á sua ermida do Anjo da Guarda." (ADS, FAC, *D. Maria I: doença e preces*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0782). Aliás, já em 1789, uma curiosa noticia, a propósito

da recuperação de uma maleita de Sua Alteza Real, informava que a 25 de Agosto desse ano, por ordem do governador, tinham sido dadas salvas de 19 peças de artilharia, com início no baluarte de São Brás, a que se seguiu o do Livramento, terminando no da Conceição. O regimento abriu fogo de alegria por filas e deu vivas. “Havendo o Marechal de Campo João Mac-Intire, Coronel do mesmo Regimento, convidado os seus Officiaes e Cadetes, para que, trazendo nos seus chapéus laços de fita verde e branca (alternadas cores da Serenissima Casa de Bragança) em lugar dos laços pretos que costumão usar”. Para além desta demonstração de júbilo, “deu a bateria da Conceição huma salva de vinte e hum tiros: ao repetir a acção á saúde do Principe Nosso Senhor seguiu-se outra salva dezoito tiros: e huma terceira de dezete tiros se ouviu ao beber da saúde das demais Pessoas Reais. O esplendor desta festividade se augmentou com varios fogos d’artificio que houverão, e diversos divertimentos que os soldados executarão no Quartel, que apresentava huma vistosa illumination ...” (*Gazeta de Lisboa*, 1789, p. 4).

## AS FESTAS CIVIS

Quanto às festas civis, importa destacar dentro das entradas régias (Alves, s.d.), determinadas por circunstâncias diversas, que aquelas que mobilizaram a corte e a população de Setúbal de forma mais significativa foram as de Filipe II (1578-1621) (Paiva, 2002) e de D. João V (1689-1750) (Tedim, 1999 e 2001). A vinda de Filipe II a Portugal começou a ser preparada com alguma antecedência, tendo sido logo em 1609 redigida uma primeira missiva no sentido de engalanar a então vila de Setúbal para essa ocasião. Foram feitas diversas diligências pela edilidade nesse sentido, cujas transcrições foram uma vez mais resgatadas por Almeida Carvalho de documentação camarária (Carvalho, 1968-72, Vol. II, p. 17-26). Não se realizando nessa data a vinda do monarca, voltou-se a considerar a possibilidade de uma visita em 1612, lançando a Câmara uma finta para se conseguir a importância necessária para a realização da recepção. A verdade é que só a 29 de Junho de 1619 é que se concretizou a sobredita visita régia, cujos desvelos não só foram registados na

correspondência da Câmara, como fixados nas obras literárias de Vasco Mouzinho de Quevedo e de João Sardinha Mimoso (Mimoso, [1]620), bem como na obra de João Baptista Lavanha (1550-1624) (Lavanha, 1621, p. 74). Nesse testemunho destacamos algumas notas sobre o acontecimento, que não só nos dão conta do real percurso, entre o mosteiro de São Francisco e a porta nova da vila, onde foram entregues as chaves, como das “muitas danças, pelas, & folias” que se realizaram. Numa Setúbal limpa e engalanada fez-se uma procissão “até o lugar do Capitulo, que foi no corpo da mesma Igreja [de Santa Maria] fora do cruzeiro, onde estava hum estrado de tres degraus, alcatifado com hum dosel de Brocado, no meio delle hum Crucifixo, & debaixo huma cadeira de brocado cuberta com hum pano, & huma almofada do mesmo aos pees.” (Lavanha, 1621, p. 75).

Já a vinda de D. João V em 1712, a propósito de uma promessa realizada por seu pai ao Senhor Jesus do Bonfim, mobilizou uma boa parte dos grandes do reino, como o marquês de Fontes, os condes de Coculim, do Redondo, de Pombeiro, de S. Lourenço, da Ericeira, de Unhão e de Vilar-Maior. Na comitiva incluíram-se ainda os infantes D. António e D. Manuel. Encurtando a extensa narrativa desta visita, importa subtrair que os moradores da vila pediram que se fizesse uma entrada pública, para além da visita à capela do Bonfim, onde o rei envergando um vestido encarnado e chapéu com broche de diamantes de grande valor, foi acompanhado por fidalgos. A cem passos da porta da vila esperou-o o Prior da Igreja Matriz de Santa Maria da Graça, revestido com capa d’asperges acompanhado dos Freires da Ordem de Santiago. O monarca resguardado por uma guarda tudesca, assistiu junto à porta da vila ao discurso do Juiz de Fora Sebastião Salema Pessanha, num teatro que esse dignatário mandara erguer. “A porta da villa estava ornada com hum arco triunfal, em que se lião diversos emblemas; e o Vereador mais velho Mathias da Silva Cabral, que estava em corpo do Senado, todos com varas, em huma salva de prata doirada offereceu as chaves a El Rei, dizendo-lhe, que, aquelle era o jeroglifico dos corações de todos aquelles vassallos.” Por entre um grande concurso de gente e “tres arcos triunfaes de huma perfeita ideia” D. João V assistiu a muitas danças

e viu uma Setúbal com janelas vistosamente armadas. Foram nesta ocasião repetidas descargas de artilharia; e durante três dias houve luminárias, touradas e diversos artificios de fogo (Conceição, Tomo VI, 1820, p. 25-30, cit. em ADS, FAC, *Procissões e limpeza de ruas nos séculos XVI e XVII; Festas em Setúbal de regozijo por acontecimentos ligados à família real*, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0500 e por Bento, 1993, p. 221-227 e Pinho *et al.*, 2014, p. 160-167).

Para além deste tipo de comemorações, contam-se as celebrações de nascimentos de membros da casa real, que, apesar de mais escassas nos relatos se comparadas com as anteriores, tiveram igual peso na festa da cidade. Almeida Carvalho dedicou a sua atenção aos documentos que confirmaram os preparativos para a festa feita pelo nascimento de D. Maria Francisca Benedita Ana Isabel Josefa Antónia Lourença Inácia Teresa Gertrudes Rita Joana Rosa de Bragança (1746-1829), neta de D. João V, em 1746 (ADS, FAC, *Festas pelo nascimento da Infanta*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0761)<sup>3</sup> e o mesmo sucedeu com o nascimento do “Príncipe Desejado”, filho de D. Maria I, o futuro D. João VI (1767-1826) (ADS, FAC, *D. Maria I: festas de touros pelo nascimento do Príncipe Festejos em Setúbal, com corridas de toiros e missa na igreja de São Julião, pelo nascimento do Príncipe “desejado”*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0783)<sup>4</sup>. Nessa ocasião, a 20 de Abril de 1793, o Senado vê-se obrigado a lançar finta para fazer face às despesas do “desejo de festejar com todo o aparato e galas” o nascimento desse príncipe. Outro registo de Almeida Carvalho também nos informa que, na igreja de São Julião, se celebraram Acções de Graça e nas tardes houve corridas de touros e iluminações à noite (ADS, FAC, *D. Maria I: festas de touros pelo nascimento do Príncipe Festejos em Setúbal, com corridas de toiros e missa na igreja de São Julião, pelo nascimento do Príncipe “desejado”*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0783).

Quanto a casamentos, assinala-se como um dos maiores do seu tempo aquele ocorrido em Setúbal na igreja de São Julião entre o duque de Torres Novas (1594-1632)<sup>5</sup> e D. Ana Dória [Colona] (1605-1620), filha dos príncipes de Melfi, oriundos da República de Génova. Segundo um relato coevo a noiva entrou no porto de Setúbal no dia 10 de Agosto de 1618 e

desembarcou no dia seguinte. Veio numa esquadra de 11 galés comandadas por seu tio Carlos Dória (1576-1650), 1.º Duque de Tursi, e recebeu benções nupciais de D. Jorge de Melo, prior-mor de Sant`Iago. “As festas foram magnificas, d`uma grandesa magestosa. No paço saráus de musica e baile, banquetes; na villa illuminações e fogos de artificio, as tropas formaram em frente da igreja por ocasião das benções deram as descargas da ordenança, salvaram as fortalezas e a esquadilha as embarcações embandeiraram. No dia 12, que era domingo, houve tourada em que se distinguiu D. Jeronymo de Ataide, depois conde de Castro Daire. Eram quinze os fidalgos italianos que acompanharam o duque de Tursis a todos o duque Lencastre presenteou joias, peças ricas, cheiros, luvas, coletes, [colaretes] de ambar, contadores, cousas da India, cavallos.” (ADS, Fundo Joaquim Pedro da Assunção Rasteiro 1876/1898, *Azeitão - O Paço dos Aveiros em suas relações com a história*, PT/ADSTB/PSS/JPAR/000001, fl. 118)<sup>6</sup>. A noiva envergou um colar e uma cinta, que tinham pertencido a D. João II (1455-1495), fundador da Casa de Aveiro e trisavô do Duque. O coche, todo de balaustres de prata lavrada ao buril com muitas rosas e várias empresas, puxado por seis cavalos frisões russos, foi conduzido por dois cocheiros com suas marlotas. Seguiu-se um cortejo composto pelo governo da terra, juizes e vereadores; fidalgos italianos e portugueses. O mesmo coche, cercado de vinte e quatro Moços de Câmara e guarda de Tudescos saiu da praia ao som de artilharia, charame-las, trombetas, festas e danças. Na boda, os convidados foram obsequiados com vinte e quatro pratos, fornecidos por manteeiros, mestres de sala, porteiros de cana, maceiros e outros serviçais que desempenharam importantes funções neste cerimonial. O duque de Tursi foi ainda presenteado com um escritório de charão do Japão, decorado com madrepérola, que encerrava no interior riquezas da India, como: âmbar branco, papos de almíscar, marfim, pedras bezoares, espinhos de porco-espinho, cravo, pimenta e maçã, assim como foi enviado para a mãe da noiva idêntico presente (BA, Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º).

Em 1661, logo após a Restauração, foi também celebrado com pompa e magnificência o matrimónio de D. Catarina de Bragança (1638-1705) com Carlos II de

Inglaterra (1630-1685) (Lourenço, 1999, p. 363-400; Soromenho, 2000, p. 46; Troni, 2008; Flor, 2010 e 2012), tendo o juiz da vila decretado que todos os moradores colocassem durante três noites luminárias nas fronteiras de suas casas, bem como as fortalezas, que deveriam dar salvas durante esses dias. Para além desta determinação de fácil concretização, o mesmo juiz ordenou que os moradores da vila andassem alegres (ADS, FAC, *Procissões e limpeza de ruas nos séculos XVI e XVII; Festas em Setúbal de regozijo por acontecimentos ligados à família real*, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0500). O mesmo ocorreu em 1687, aquando do casamento de D. Pedro II (1648-1706) com D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo (1666-1699), onde demonstrações de alegria e contentamento tomaram a vila, quer no espaço sacro, quer naquele público, onde se acenderam como de costume luminárias por diversos dias (ADS, FAC, *Procissões e limpeza de ruas nos séculos XVI e XVII; Festas em Setúbal de regozijo por acontecimentos ligados à família real*, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0500).

Igualmente faustoso foi o banquete na ocasião do matrimónio entre D. Luísa Clara de Portugal (1702-1779), a *Flor da Murta*, viúva de D. Jorge de Meneses (1690-1736), e Bernardino de Távora Sousa e Tavares (1710-?), a 20 de Junho de 1747 (ADS, Registos Paroquiais, Santa Maria do Castelo / Palmela, Casamentos, Livro de 24 de Maio de 1730 a 22 de Dezembro de 1759, fl. 99)<sup>7</sup>. Apesar da celebração religiosa ter ocorrido em Palmela, na ermida de Santo António da Serra da quinta da Boa Vista, os nubentes vieram para Setúbal, para onde fizeram uma sumptuosa festa, tendo marchado uma companhia de granadeiros da vila, para fazer uma guarda de honra (ADS, FAC, *Casamento de Bernardino Francisco de Távora e Luísa Clara “A Flor da Murta”; Costumes na Igreja em Espanha*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/1216). Em 1785 celebrou-se o casamento dos infantes D. João (futuro D. João VI) e D. Maria Ana Vitória (1768-1788) com os infantes de Espanha D. Carlota Joaquina (1775-1830) e D. Gabriel de Bourbon (1752-1788), convocando-se a comunidade “afim de se fazerem todas as demonstrações de alegria e applauso” e lançando pregão público “do estylo ao som de timbales e trombetas e acompanhando este acto o escrivão das armas, porteiro, e Casa dos

Vinte e Quatro” (ADS, FAC, *D. Maria I: falecimento da Rainha Mariana Vitória, e casamento do Príncipe*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0781, fls. 2-2 v.º)<sup>8</sup>.

Sendo prática ainda corrente na Época Moderna a celebração da morte, não é de estranhar ter tido lugar em Setúbal um conjunto de demonstrações de afecto por monarcas e príncipes defuntos. Para além dos já anteriormente mencionados Filipe II e D. João V, cujas visitas à vila terão seguramente reforçado o sentimento geral da população na ocasião das suas mortes, D. Teodósio de Bragança (1634-1653), D. Maria Ana de Áustria (1683-1754), D. José I (1714-1777) e D. Maria Ana Vitória (1718-1781), foram também objecto de exéquias fúnebres.

A 14 de Maio de 1621, o vereador Jorge Falcão de Sousa é informado que devia proceder a um acto de pranto pela morte de Filipe II, determinando-se cuidadosamente o que cada membro da Câmara, a saber: juiz de fora, vereadores, procurador do concelho, escrivão, tesoureiro, ouvidor, provedor, meirinho e alcaide da comarca, deveria envergar. Esta manifestação pública deveria seguir as posturas e o procedimento que já tinham sido aplicados nas exéquias fúnebres de D. João III (1502-1557). Para além do cerimonial religioso que ocorreu entre as igrejas de São Julião e de Santa Maria, deambulou um significativo cortejo pelas vias mais significativas de Setúbal, que à frente de cada um destes templos usaram do costume de “quebrar os escudos”. Em São Julião armou-se uma Essa de sete a oito palmos de altura, toda coberta de baeta preta, com as Quinas de Portugal. Sobre o túmulo dispôs-se uma coroa e o restante cenário foi composto por vários arrátéis de cera, dispostos em tocheiros e castiçais de prata (Carvalho, 1968-72, Vol. II, p. 93-95)<sup>9</sup>.

O mesmo privilégio teve o malogrado príncipe D. Teodósio de Bragança, que ao falecer em 1653 deu origem a que se determinasse procedimento idêntico ao anteriormente descrito. A edilidade e “pessoas de menor qualidade” foram convocadas para as exéquias, assim como para fazer luto durante um determinado período, podendo aliviá-lo ao fim de seis meses e tirá-lo passado um ano (Carvalho, 1968-72, Vol. II, p. 168). Já a morte de D. Pedro II foi celebrada com a “quebra dos escudos” a 8 de Janeiro de 1707, tendo sido partido o primeiro

pelo vereador João Peres de Macedo no largo de Santa Maria, o segundo pelo vereador Martim Domingos Banha e o terceiro pelo vereador Estêvão de Frias da Frota (Carvalho, 1968-72, Vol. II, p. 168).

Na ocasião da morte de D. João V a 31 de Julho de 1750 foram, por sua vez, realizadas demonstrações de afecto pelo *Magnânimo*, que duraram vários meses. Convocou-se a governança, a nobreza e o povo para a cerimónia da “quebra dos escudos” (ADS, FAC, *D. João V: Quebra de Escudos*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0768); fez-se cortejo pelas ruas dos Açougues, Almocreves, Santo António e Antão Girão e no terreiro de Santa Maria armou-se uma estrutura de três degraus coberta de baeta preta, onde o vereador mais velho declarou “*O vos nobres ó vos povo horais que he morto o nosso Rey de Portugal D. João 5.*” (BNP, *Secção de Reservados*, Cod. 208 fls. 285-289). Fizeram-se exéquias e armaram-se luminárias, com aparato idêntico àquele do convento de São Francisco de Lisboa, onde esteve depositado o seu corpo, e da basílica de Mafra (*Notícia Chronologica dos funeraes...*, 1752 e Smith, 1955).

Uma cerimónia similar foi também levada a cabo aquando da morte de D. Maria Ana de Áustria. A grande diferença face aos anteriores relatos prendeu-se com a especificidade dos tiros que se deram no castelo de São Filipe, e nas restantes fortalezas de Setúbal (BNP, *Secção de Reservados*, Cod. 208, fl. 297).

Na ocasião do falecimento de D. José decretou-se também luto em Setúbal como era costume (ADS, FAC, *D. José I: Exéquias e D. Maria I: falecimento da Rainha Mariana Vitória, e casamento do Príncipe*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0778 e PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0781, fl. 3)<sup>10</sup> e com o falecimento de D. Maria Ana Vitória decretou-se que durante oito dias não houvesse despachos na Câmara, que a sua “Mesa” fosse coberta de um pano negro, e o estandarte fosse posto como “era de estilo” (ADS, FAC, *D. Maria I: falecimento da Rainha Mariana Vitória, e casamento do Príncipe*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0781, fls. 1-1 v.º)<sup>11</sup>.

## NOTA FINAL

Não sendo novidade que Almeida Carvalho coligiu e anotou inúmeros factos significativos para a

construção da história de Setúbal, constatamos na análise da sua obra que as festas religiosas e cerimónias civis foram alvo particular da sua atenção. O tratamento e compilação desses dados, é, no nosso entender, uma significativa fonte para compreender a então vila como espaço de vivência cultural, mas também onde se ensaiaram manifestações de alegria, de pesar e de júbilo. Cumprindo ditames da Igreja no que diz respeito ao calendário litúrgico e determinações camarárias no que refere aos eventos régios, constatou-se que se mobilizaram os nobres da cidades, o povo e o Senado, sempre que se justificou. Aliás, no que refere às cerimónias promovidas pela edilidade, como nem sempre o erário camarário conseguiu custear as despesas, foram lançadas fintas por diversas vezes, a fim de se conseguir o cabedal necessário para a concretização de tais actos. Em todos os casos analisados, subtrai-se uma Setúbal actual e grandiosa que, através da organização de pompas como demonstração de devoção e afecto, se pode equiparar a de outros locais do reino. E, apesar de não se reconhecerem cambiantes relacionais entre os processos de encomenda que mobilizaram o senado e a clerezia, fidalgos, artistas e devotos que engalanaram ruas, armaram igrejas, construíram e decoraram andores e catafalcos, certa foi a mobilização e troca que existiu entre indivíduos de diferentes segmentos socio-culturais, por um objectivo comum - o de engrandecer a vila de Setúbal.

## NOTAS

1 - Pese embora o facto de entre os cadernos de Almeida Carvalho e essa edição de textos se verificarem algumas discrepâncias; a sua consulta e cruzamento de informações impõem-se para maior rigor científico.

2 - Habitualmente as festas de Setúbal eram organizadas com a ajuda dos padres de S. Roque, que nesse ano não puderam estar presentes, de acordo com o expresso na missiva: “(...) ou por alguns Padres daquela casa terem ja ido àquella missão; E estarem no tempo da Coresma ocupados com outros Pulpitos; ou por traça do Ceo; Por ordem do Pe. Provincial, me mandou V.M. dese Collegio de Evora, com o Padre Jorge Rabello a esta missão.”; BNP, *Secção de Reservados*, Ms. 30, n.º 214, fl. 1; parcialmente publ. por Pinho, 2016, p. 140.

3 - Ao se analisar o manuscrito compreende-se tratar de informação do “Liv. Reg. ° Matozo 1744-1761, p. 21 Arc. Cam. Mun. Setubal.”

4 - Também neste caso se constata ser informação compulsada de “Liv. Ver. 1793-1796, p. 117-118 v.º Arch. Cam. Mun. Setubal.”

5 - Trata-se de D. Jorge de Lencastre, 3.º marquês e 1.º duque de

Torres Novas.

6 - Este documento teve certamente por base a consulta do manuscrito da Biblioteca da Ajuda, Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º. Todavia, esta memória terá perdurado na ideia dos setubalense pois a efeméride é recordada numa coluna da *Gazeta Setubalense*, Ano I, N.º 4, 12 de Agosto de 1955, p. 1.

7 - Informação gentilmente cedida por António Cunha Bento, a quem agradecemos.

8 - A fonte consultada foi “Liv. Ver. 178-1788, p. 26. Arch. Cam. Mun. Setúbal”.

9 - Apesar de reconhecermos o peso da descrição de Lavanha no estudo de Almeida Carvalho, não podemos ignorar a possível consulta do testemunho de Gregório de Freitas sobre este assunto em BNP, *Secção de Reservados*, Cod. 208, fls. 299-302 v.º.

10 - A fonte utilizada para o segundo relato foi “Liv. Reg. V. Costa 1508-1802, p. 268 v.º. Arch. Cam. Mun. Setúbal”.

11 - A fonte consultada foi “Liv. Ver. 1780-1781, p. 121. Arch. Cam. Mun. Setúbal”.

## FONTES MANUSCRITAS

### ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL

Fundo Joaquim Pedro da Assunção Rasteiro 1876/1898, *Azeitão - O Paço dos Aveiros em suas relações com a história*, PT/ADSTB/PSS/JPAR/000001. [Consult. 28.02.2018]. Disponível na Internet: <http://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1451148>.

Fundo Almeida Carvalho, *Casamento de Bernardino Francisco de Távora e Luísa Clara “A Flor da Murta”; Costumes na Igreja em Espanha*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/1216

Fundo Almeida Carvalho, *Convento de Jesus: procissões, festas*, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0011

Fundo Almeida Carvalho, *Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Carmelitas Calçados*, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0069

Fundo Almeida Carvalho, *D. João V: Quebra de Escudos*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0768

Fundo Almeida Carvalho, *D. José I: Exéquias*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0778

Fundo Almeida Carvalho, *D. Maria I: doença e preces*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0782

Fundo Almeida Carvalho, *D. Maria I: falecimento da Rainha Mariana Vitória, e casamento do Príncipe*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0781

Fundo Almeida Carvalho, *D. Maria I: festas de touros pelo nascimento do Príncipe Festejos em Setúbal, com corridas de toiros e missa na igreja de São Julião, pelo nascimento do Príncipe “desejado”*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0783

Fundo Almeida Carvalho, *Festas pelo nascimento da Infanta*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0761

Fundo Almeida Carvalho, *Festas religiosas nos séculos*

*XVI e XIX*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/1159. [Consult. 28.02.2018]. Disponível na Internet: <http://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1408362>.

Fundo Almeida Carvalho, *Preces e rogações; Corpo de Deus: danças e abusos*, PT/ADSTB/PSS/APAC/L/1211. [Consult. 28.02.2018]. Disponível na Internet: <http://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1408422>.

Fundo Almeida Carvalho, *Procissões e limpeza de ruas nos séculos XVI e XVII; Festas em Setúbal de regozijo por acontecimentos ligados à família real*, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0500. [Consult. 28.02.2018]. Disponível na Internet: <http://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1408423>.

Fundo Almeida Carvalho, *Recolhimento de Nossa Senhora da Saúde*, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0029. [Consult. 28.02.2018]. Disponível na Internet: <http://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1330080>.

Registos Paroquiais, Santa Maria do Castelo / Palmela, Casamentos, Livro de 24 de Maio de 1730 a 22 de Dezembro de 1759, fl. 99

### BIBLIOTECA DA AJUDA

Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º.

### BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Secção de Reservados, Cod. 208: Freitas, G. - *Memorias Geographicas e Historicas da Provincia da Estremadura*

Secção de Reservados, Cod. 7686: Baptista, L. S. J. - *Traçado da antiga e coriosa fundação do Convento de Jesu de Setuval... composto pella Madre Soror Leonor de S. João Religiosa do dicto convento e Abadessa. Ano de 1630*

Secção de Reservados, Ms. 30, n.º 214: *Carta da Missão de Setuval; Pera o Padre Francisco Cabral, da Companhia de Jesus, Reitor do Collegio e Unversidade do Spirito Santo em Euora*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, A. M. (s.d.) - *As Entradas Régias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte

Bento, A. M. C. C. (1993) - *Ermida do Senhor do Bonfim*. In M. C. Quintas (coord.) - *Monografia da Freguesia de S. Julião*. Setúbal: Junta de Freguesia de S. Julião, p. 221-227.

Carvalho, J. C. A. (1968-1972) - *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.

Conceição, Fr. C. (1820) - *Gabinete Histórico*, Tomo VI. Lisboa: Impressão Régia.

Coutinho, M. J. P. (2016) - *Ianua Coeli: Os portais da Época Moderna dos espaços culturais de Setúbal*. In

- Casa Religiosas de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: Lasa/Estuário História, p. 115-137.
- Coutinho, M. J. P.; Ferreira, S. (2008) - As Procissões na Lisboa Barroca. Alguns Exemplos de Celebração ao Divino. *Actas do Colóquio Formas e Espaços de Sociabilidade*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 1-17.
- Coutinho, M. J. P.; Ferreira, S. (2009) - Devoção e Recreação: celebrações na igreja inaciana de S. Roque. In T. L. M. Vale, M. J. P. Ferreira, S. Ferreira (coord.), *Actas do Colóquio de História e de História da Arte: Lisboa e a Festa. Celebrações Religiosas e Civis na Cidade Medieval e Moderna*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 269-291.
- Coutinho, M. J. P.; Ferreira, S. (2014) - As Festas de Beatificação de São Francisco Xavier na Igreja de São Roque de Lisboa: Magnificência, Erudição e Arte ao Serviço da Fé. In J. E. Franco, L. M. Abreu (coord.), *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, I. Prior Velho: Paulinas, p. 855-871.
- Cusatis, B. (1998) - *O Portugal de Seiscentos na «Viagem de Pádua a Lisboa» de Domenico Laffi*. Lisboa: Editorial Presença.
- Flor, S. M. M. A. C. V. A. (2010) - *Aurum Reginae or Queen-Gold. A Iconografia de D. Catarina de Bragança entre Portugal e a Inglaterra de Seiscentos*. Tese de Doutoramento em História (especialidade em Arte, Património e Restauro) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Flor, S. V. (2012) - *Aurum Regina or Queen Gold, Retratos de D. Catarina de Bragança. Entre Portugal e a Inglaterra de Seiscentos*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.
- (1789) - *Gazeta de Lisboa* (2.º Suplemento), N.º 36, 12 de Setembro de 1789, p. 4.
- (1955) - *Gazeta Setubalense*, Ano I, N.º 4, 12 de Agosto de 1955, p. 1.
- Lavanha, J. B. (1621) - *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portvgal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade a mandou*. Madrid: Thomas Iunti.
- Lourenço, M. P. M. (1999) - *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754): Poderes, Instituições e Relações Sociais*. Tese de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Mimoso, J. S. ([1]620) - *Relacion de la real tragicomedia con que los Padres de la Compañia de Jesus en su colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II. de Portugal, y de su Entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas, y Ciudades en que entrò. Recogido todo verdaderamente, y dedicado al Excelentissimo señor Don Theodosio segundo Duque de Bragança, &c.*. Lisboa: Jorge Rodriguez.
- Notícia Chronologica dos funeraes que as cidades e villas do reino de Portugal dedicarão à saudosa memoria do seu Fidelissimo Monarcha D. João V (1752)*. Madrid: Imprenta de Antonio Perez de Soto.
- Paiva, J. P. (2002) - As festas de corte em Portugal no período Filipino (1580-1640). In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2, p. 11-28.
- Pinho, I. G. (2016) - A Companhia de Jesus em Setúbal: Dois Projectos Educativos e Assistenciais. In *Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: LASA / Estuário, p. 139-155.
- Pinho, I. G.; Coutinho, M. J. P.; Ferreira, S. (2014) - A Devoção do Senhor Jesus do Bonfim - origem, culto e disseminações. In *Revista Santuários, Cultura, Arte, Romarias, Peregrinações, Paisagens e Pessoas*, 1, p. 160-167.
- Smith, R. (1955) - Mausolés de D. João V nas quatro partes do Mundo. In Separata da *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa: Faculdade de Letras.
- Soromenho, M. (2000) - Cat. 14. Cortejo real no Terreiro do Paço. Partida de D. Catarina de Bragança. In J. C.-B. Pereira (coord.), *Arte Efémera em Portugal* (catálogo). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 46.
- Tedim, J. M. (1999) - *Festa Régia no tempo de D. João V: poder, espectáculo, arte efémera*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto.
- Tedim, J. M. (2001) - A festa e a cidade no Portugal barroco. *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 317-323.
- Troni, J. A. (2008) - *Catarina de Bragança (1638-1705)*. Lisboa: Edições Colibri.